

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Brasilcap completou 18 anos em 2013, manteve a liderança do setor de capitalização e consolidou a expansão do Cap Fiador pelo País. O título, que funciona como alternativa atraente de garantia locatícia, intensifica negócios para fora do canal Banco do Brasil e continua sua trajetória de crescimento.
O faturamento no período foi de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões, incremento de 62% em relação ao ano anterior - volume que superou a evolução registrada pelo mercado de capitalização. Em junho, a Brasilcap registrou recorde de R\$ 1 bilhão em faturamento. O desempenho ao longo do ano contribuiu para o lucro líquido de R\$ 132,2 milhões. As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 9,5 bilhões em 2013, crescimento de 47% em relação ao exercício anterior. O valor dos ativos totais chegou a R\$ 10,4 bilhões, com incremento de 43% em relação ao último ano.
Cabe ressaltar que as reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive levando até os seus vencimentos os títulos marcados nessa categoria, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 430 (2012) e 464 (2013).
A Brasilcap obteve outras vitórias em 2013. A Companhia recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Certificado Empresa Cidadã, conferido

pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ). A Brasilcap também foi lembrada no anuário Valor 1000, do jornal Valor Econômico, como a maior empresa de capitalização do País. Por fim, a Companhia conquistou ainda dois importantes troféus em 2013: Segurador Brasil (Categoria "Segurador Solidário", por suas ações de responsabilidade socioambiental) e Marketing Best 25 Anos (como uma das 40 marcas que mais se destacaram desde que o prêmio foi criado).

O desempenho da Brasilcap se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os sonhos de clientes dos quatro cantos do País. Entre os meses de janeiro e dezembro, foram entregues mais de R\$ 148,9 milhões a aproximadamente 31 mil clientes.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, aos novos parceiros e a todos os colaboradores.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Reclassificado		Reclassificado
	2013	2012	
CIRCULANTE	7.091.666	5.042.842	9.596.494
DISPONÍVEL	191	2.378	105.411
Caixa e Bancos	191	2.378	48.442
APLICAÇÕES (Nota 6)	7.064.185	5.036.669	13.570
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	16.880	1.237	1.832
Credito das operações de capitalização (Nota 9)	16.880	1.237	2.262
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	3.935	519	45.235
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	3.905	603	55.205
Títulos e créditos a receber	14	34	7.640
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	1.743	162	2.385
Outros créditos	2.148	407	493
DESPESAS ANTECIPADAS	2.570	1.436	878
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.303.149	2.203.740	117
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.285.065	2.184.636	1.507
APLICAÇÕES (Nota 6)	2.709.471	1.712.717	376
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	575.594	471.919	9.488.698
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	80.216	58.882	6.458.577
Depósito judiciais e fiscais (Nota 11)	495.378	413.037	9.173.173
INVESTIMENTOS	1.272	1.293	6.234.478
Imóveis destinados a renda	227	248	233.008
Outros investimentos	1.045	1.045	82.517
IMOBILIZADO (Nota 13)	8.625	8.638	458.342
Imóveis de uso próprio	258	248	528.773
Bens móveis	8.099	8.024	528.773
Outras imobilizações	268	366	458.342
INTANGÍVEL (Nota 13)	8.187	9.173	409
Outros intangíveis	8.187	9.173	1.332
TOTAL DO ATIVO	10.394.815	7.246.582	409

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	9.596.494	6.552.850
CONTAS A PAGAR (Nota 14)	105.411	93.780
Obrigações a pagar	48.442	13.570
Impostos e encargos sociais a recolher	1.832	864
Encargos trabalhistas	2.262	2.048
Impostos e contribuições	45.235	55.205
Outras contas a pagar	7.640	22.093
DEBÉITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	2.385	493
Débitos operacionais	878	117
Outros débitos operacionais	1.507	376
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO (Nota 15)	9.488.698	6.458.577
Provisão para resgates	9.173.173	6.234.478
Provisão para sorteios	233.008	124.300
Outras provisões	82.517	99.799
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	528.773	458.342
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	528.773	458.342
CONTAS A PAGAR	409	1.332
Outras contas a pagar	409	1.332
OUTROS DÉBITOS (Nota 11)	528.364	457.010
Provisões judiciais	528.364	457.010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	269.548	235.390
Capital social	79.054	79.054
Reservas de capital	7.552	7.552
Reservas de lucros	182.942	148.784
TOTAL DO PASSIVO	10.394.815	7.246.582

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações em Reais)

	2013	2012
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	960.970	636.210
Arrecadação com título de capitalização	6.269.642	3.864.822
Variação da provisão para resgate	(5.308.672)	(3.228.612)
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	(5.116)	(40.557)
Resultado com outras provisões técnicas	(5.116)	(40.557)
RESULTADO COM SORTEIO	(244.808)	(138.538)
CUSTO DE AQUISIÇÃO (Nota 18)	(433.831)	(260.472)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 18)	(752)	(2.514)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 18)	(72.288)	(75.632)
Pessoal próprio	(31.199)	(32.731)
Serviços de terceiros	(15.855)	(18.243)
Localização e funcionamento	(18.048)	(16.081)
Publicidade e propaganda	(2.504)	(4.062)
Publicações	(699)	(740)
Donativos e contribuições	(7.353)	(3.324)
Despesas administrativas diversas	(3.370)	(451)
DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 18)	(37.463)	(24.771)
RESULTADO FINANCEIRO	55.560	182.992
Receitas financeiras (Nota 18)	634.895	609.544
Despesas financeiras (Nota 18)	(576.335)	(426.552)
RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 18)	149	(1.312)
Receitas com imóveis de renda	171	162
Despesas com imóveis destinados a renda	(22)	(22)
Redução ao valor recuperável	-	(1.452)
RESULTADO OPERACIONAL	225.421	275.406
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES (Nota 18)	(67)	(88)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	225.354	275.318
Imposto de renda (Nota 10.C)	(54.622)	(66.824)
Contribuição social (Nota 10.C)	(35.024)	(41.785)
Participação sobre o lucro	(3.498)	(3.338)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	132.210	163.371
Quantidade de ações	324.000.000	324.000.000
Lucro líquido por ação	0,4081	0,5042

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	132.210	163.371
AJUSTES PARA:	7.233	12.870
Depreciações e amortizações	6.533	6.121
Perda por redução do valor recuperável dos investimentos	-	1.452
Perda na alienação de imobilização e intangível	67	88
Variação monetária de longo prazo	633	5.209
VARIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS	(28.029)	6.096
Ativos financeiros	(3.024.270)	(1.466.827)
Créditos das operações de capitalização	(20.780)	5.670
Créditos fiscais e previdenciários	(1.581)	(2.683)
Ativo fiscal diferido	(21.334)	(10.405)
Depósitos judiciais e fiscais	(83.577)	(72.996)
Despesas antecipadas	(1.134)	335
Contas a pagar	34.872	3.725
Impostos e contribuições	1.182	5.105
Outras contas a pagar	(14.453)	5.096
Débitos de operações com capitalização	3.030.121	1.465.882
Provisões judiciais	71.956	73.240
Outros passivos	(923)	(325)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	111.414	182.337
Impostos sobre o lucro pagos	(9.970)	(2.789)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	101.444	179.548
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(3.411)	(3.971)
Intangível	(2.168)	(2.164)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.579)	(6.135)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(98.052)	(171.689)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(98.052)	(171.689)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.187)	1.724
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.378	654
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	191	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 30 de janeiro de 2014.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC, SUSEP e CNSP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados às provisões técnicas, ao valor justo dos instrumentos financeiros, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação e dos impostos diferidos.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

* Provisões técnicas (vide notas nº 3.9 e 15);

* Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota nº 6);

* Avaliação pelo custo amortizado das provisões judiciais (vide notas 3.10 e 11); e

* Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (vide nota nº 10).

2.6. Gestão de capital

Na gestão do capital, a Companhia observa a alocação de capital baseado em risco, conforme definido nas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 228/10 (Risco de Crédito), nº 283/13 (Risco Operacional) e nº 284/13 (Risco de Subscrição) e nº 302/13 (antiga 282/13), tendo como objetivo manter o PLA – Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR – Capital Mínimo Requerido.

Nas últimas datas-base a solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido Ajustado	291.838	224.776
Capital Base (A)	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito (B)	165.564	159.158
Exigência de Capital até 31/12/2013 (C = máximo entre A e B)	165.564	169.958
Suficiência (+) / Insuficiência (-) R\$ mil	126.274	54.818
Suficiência (+) / Insuficiência (-) do PLA - % CMR	76,3%	32,3%
Parcelas de Capital para adequar até 31/12/2013	-	-
Capital Adicional de Subscrição (D)	48.969	41.477
Capital Adicional Operacional (E)	21.953	11.495
Benefício da correlação entre riscos (F)	(19.810)	(17.188)
Exigência de Capital a partir de 31/12/2013 (C+D+E+F)	216.676	205.742
Razão entre CMR e PLA - %	134,7%	109,3%
Suficiência (+) / Insuficiência (-) R\$ mil	75.162	19.034
Suficiência (+) / Insuficiência (-) do PLA - % CMR	34,7%	9,3%

Obs.: O Valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) está demonstrado na nota explicativa nº 17 e foi calculado conforme Resolução CNSP 222/10.

O conceito de solvência está presente na Resolução CNSP 302/13 e corresponde ao percentual do capital que excede ao exigido por aqueles normativos.

Para o exercício de 2012, as normas vigentes à época não incluíam exigência de capital para os riscos de Subscrição e Operacional, que constam desta Nota apenas para efeito comparativo. A exigência de capital equivalia à soma do capital base com o capital adicional de crédito.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

As receitas de Capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de provisão matemática para resgates, provisão para sorteio e demais custos de aquisição necessários à comercialização dos títulos, acompanham a forma de contabilização da receita. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas nas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de estudo técnico, comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de pagamento único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.1.2. Balanço patrimonial

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos financeiros

• Classificação e mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

• Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções, swaps e contratos futuros.

3.3. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se houver.

A administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC 01, aprovado pela Circular N° 464/2013, entende que não há indicadores de perda de valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do ativo intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução do valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda.

As provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para resgate é constituída para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do título de capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica aplicada à cedentaria de poupança.

3.9.2. Provisão para resgates (PR)

As provisões para resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da provisão matemática para resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à cedentaria de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para sorteio a realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para sorteio a pagar (PSP)

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à cedentaria de poupança.

3.9.5. Outras provisões - Provisões para Bônus e Provisões para Insuficiência de Sorteios

Atualmente estas provisões abrangem valores relativos à distribuição de bônus, sendo especificamente na Brasilcap, relativos à Provisão de Contingência de Fidelização e Provisão de Renda Variável, e também valores relativos à insuficiência de Sorteios.

A contingência para sorteios tem sido revertida desde 01 de janeiro de 2013, pelo valor obtido da diferença negativa entre o valor da baixa mensal da provisão de sorteios a realizar e o valor do sorteio contemplado no mês.

A provisão de fidelização, ou "bônus", tem como objetivo garantir a distribuição de bônus aos clientes que permanecerem até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuam esta provisão. A metodologia de cálculo da provisão de bônus consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% (metade) da atualização da provisão matemática para capitalização.

A provisão de renda variável, representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual (ais) aplicável (eis) sobre o(s) pagamento(s), que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

3.9.6. Prescrição de títulos de capitalização

A Companhia movimenta, nas provisões para resgates de títulos vencidos, antecipados e de sorteio a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade e inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica Outros Débitos - Provisões Fiscais, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos

Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

4.5. Risco de crédito

4.5.1. Política de risco de crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvem risco de crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao risco de crédito de instituições privadas está definido em 30% dos ativos totais da Companhia, incluindo nessa exposição títulos de instituições financeiras e não financeiras.

4.5.2. Sistemas de mensuração

A Companhia avalia a perda esperada para a carteira de ativos, com base nas notas de rating e prazos dos títulos privados, conforme metodologia própria. A tabela a seguir mostra os percentuais esperados de default utilizados pela Companhia para avaliação desses riscos:

Tabela de Atribuição de Probabilidade de Default, por Rating e Prazo, Para Títulos de Renda Fixa Privados.

Prazos (anos) X Rating	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC/C
1	0,02%	0,04%	0,10%	0,49%	0,74%	1,11%	1,66%
3	0,14%	0,28%	1,08%	3,88%	5,82%	8,73%	13,09%
5	0,34%	0,68%	2,27%	6,61%	9,91%	14,87%	22,30%
7	0,50%	1,00%	3,00%	7,92%	11,88%	17,82%	26,72%
30	0,92%	1,84%	4,44%	9,59%	14,38%	21,58%	32,36%

(*) Escala de Rating Local - A tabela acima mostra escala de risco de nível local (Brasil) utilizada para avaliação de risco de crédito privado da carteira de investimentos. A atribuição dessa classificação é realizada pela BB DTVM, empresa contratada como administradora dos fundos de investimentos e carteiras de ativos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra os valores estimados de default, para os títulos privados existentes na carteira de investimentos da Companhia, nas datas-bases de 31/12/2013 e 31/12/2012:

Rating	31/12/2013		31/12/2012	
	Exposição	Risco de Crédito	Exposição	Risco de Crédito
AAA.....	680.676	782	921.765	1.042
AA.....	519.101	2.055	511.488	2.074
A.....	188.093	1.650	172.953	2.365
Total Geral.....	1.387.870	4.487	1.606.206	5.481

O resultado dessa avaliação é acompanhado pelo Gestor de Investimentos e informado ao Comitê Financeiro em suas reuniões ordinárias e à Diretoria Financeira, oportunamente, quando da ocorrência de alterações na carteira.

4.5.3. Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, baseado no Capital Mínimo Requerido (nota 2.6) e dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do "apetite" de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco de concentração e de perdas estimadas.

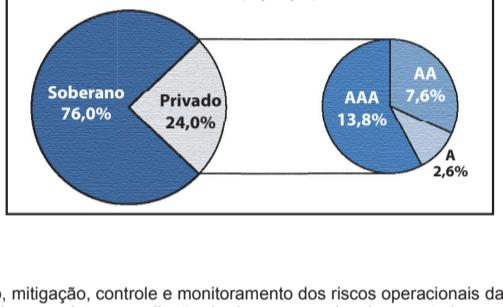
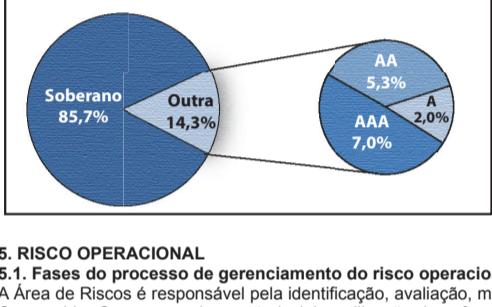
Conforme definido na Política de Investimentos, a Companhia possui limites de concentração para exposição ao risco de crédito, tanto por emissor quanto por tranches emitidas.

Nas últimas datas-base a Companhia possuía a seguinte proporção de títulos com risco de crédito:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos Públicos Federais.....	85,7%	76,0%
Títulos Privados.....	14,3%	24,0%

A política de investimentos da Companhia prevê aplicações financeiras apenas em empresas e títulos classificados com nota de rating na escala nacional de AAA até BBB, ou seja, com classificação na escala de investimento (*investment grade*), em conformidade com os normativos para o setor de segurança, previdência e capitalização.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos títulos privados de acordo com a as notas de rating em escala nacional:



5. RISCO OPERACIONAL

5.1. Fases do processo de gerenciamento do risco operacional

A Área de Riscos é responsável pela identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais da Companhia. O processo de gestão inclui a utilização de software dedicado ao registro e avaliação de riscos operacionais e controles por área e por processo.

A Gerência de Controles Internos é responsável pela manutenção da qualidade dos controles internos e a certificação de práticas e produtos em conformidade com leis e normativos externos e normas internas. Para a otimização desta gestão, são utilizadas metodologias e ferramentas tais como Testes e Agentes de Conformidade, cursos de disseminação da cultura de controles internos, Auditorias Interna e Externa e Gestão de Continuidade de Negócios – GCN.

Quanto à Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), cabe ressaltar a existência de espaço físico reservado em local diferente da sede da Companhia, incluindo hardware, mobiliário, documentação e treinamento de funcionários, objetivando mitigar o risco de uma parada involuntária de sistemas operacionais da Sede, assim como falta de acesso físico a ela, evitando uma paralisação prolongada dos principais processos críticos que possam gerar prejuízos à corporação.

6. APlicações

6.1. Classificação da carteira

Conforme Circular SUSEP nº 464, de 01 de março de 2013, Artigo 21, § 2º - Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante.

A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

	31/12/2013						
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
DPGE.....	19.538	12.954	-	-	32.492	32.492	0,33
Debêntures.....	55.721	28.288	10.658	748.960	843.627	843.627	8,63
Letra financeira.....	-	-	123.416	295.662	419.078	419.078	4,29
CRI.....	-	-	-	2.138	2.138	2.138	0,02
Fundo exclusivo de renda fixa.....	984.515	185.687	102.878	2.833.818	4.106.898	4.106.898	42,02
Fundo exclusivo de renda variável.....	71.249	-	-	-	71.249	71.249	0,73
Fundos não exclusivos.....	91.142	-	-	-	91.142	91.142	0,93
Total	1.222.165	226.929	236.952	3.880.578	5.566.624	5.566.624	56,95
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN.....	19.993	195.313	805.832	1.579.502	2.600.640	2.494.601	26,61
NTN-B.....	-	-	324.405	1.003.521	1.327.926	1.283.238	13,59
NTN-F.....	152.018	-	-	126.448	278.466	271.387	2,85
Circulante.....	1.394.176	422.242	1.367.189	3.880.578	7.064.185	5.566.624	71,69
Não Circulante.....	-	-	-	2.709.471	2.709.471	4.049.226	28,31
Total da carteira	1.394.176	422.242	1.367.189	6.590.049	9.773.656	9.615.850	100,00
	31/12/2012						
Títulos							
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
CDB.....	-	33.296	-	-	33.296	33.296	0,49
DPGE.....	-	201.708	46.139	-	247.847	247.847	3,67
Debêntures.....	43.120	22.719	24.194	783.533	873.566	873.566	12,94
Letra financeira.....	-	-	55.583	269.063	324.646	324.646	4,81
Nota promissória.....	-	-	20.752	-	20.752	20.752	0,31
CRI.....	-	-	-	3.582	3.582	3.582	0,05
Fundo exclusivo de renda fixa.....	526.978	303.807	122.036	2.205.729	3.158.550	3.158.550	46,80
Fundo exclusivo de renda variável.....	55.445	-	-	-	55.445	55.445	0,82
Fundos não exclusivos.....	103.267	-	-	-	103.267	103.267	1,53
Total	728.810	561.530	268.704	3.261.907	4.820.951	4.820.951	71,42
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN.....	-	-	51.204	856.207	907.411	921.141	13,44
NTN-B.....	-	-	-	577.801	577.801	615.000	8,56
NTN-F.....	73.384	-	-	278.709	352.093	360.095	5,22
Fundo exclusivo de renda fixa.....	-						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Quotas de Fundos Exclusivos de Investimento

	Renda Fixa				
Operações compromissadas	-	715.393	715.393	-	403.217
LFT	-	1.014.903	1.014.903	-	244.271
LTN	-	2.128.889	2.128.889	-	1.444.592
NTN - B	-	-	-	-	763.950
NTN - F	-	248.803	248.803	-	302.451
TDA	-	34	34	-	129
DI FUTURO	(1.118)	-	(1.118)	(49)	-
Saldo de caixa	5	-	5	2	-
Outros Créditos	5	-	5	1	-
Valores a pagar	(16)	-	(16)	(14)	(14)
Total	(1.124)	4.108.022	4.106.898	(60)	3.158.610
					3.158.550

Renda Variável

	Operações compromissadas	9.787	9.787	9.387	9.387
Ações	62.503	-	62.503	46.338	-
Ajuste de DI FUTURO	22	-	22	60	-
Saldo de caixa	4	-	4	12	-
Outros Créditos	21	-	21	1.073	-
Valores a pagar	(1.088)	-	(1.088)	(1.425)	(1.425)
Total	61.462	9.787	71.249	46.058	9.387
					55.445

Quotas de Fundos Não Exclusivos de Investimento

	Total da Carteira	91.142	91.142	-	103.267	103.267
Total	60.338	5.506.286	5.566.624	45.998	4.774.953	4.820.951

6.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota instrumentos financeiros derivativos em contratos futuros de DI, nos fundos de investimentos exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2013, parte dos títulos públicos federais, no montante de R\$ 94.378 estava depositada como garantia de operações realizadas no BM&Bovespa S.A.. O quadro a seguir mostra a exposição da carteira às taxas de juros, exclusivamente para ativos marcados a mercado, com os respectivos contratos futuros de DI.

Somente títulos marcados a mercado

	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)	Exposição pré líquida	31/12/2013
LTN	jan/14	133.950	DI1F14 0001	-	(49.982)	83.968	
NTN-F	jan/14	135.178	-	jan/14	-	135.178	
LTN	abr/14	156.215	DI1J14 0001	abr/14	(48.826)	107.389	
LTN	jul/14	73.381	DI1N14 0001	jul/14	(23.834)	49.547	
LTN	jan/15	103.839	DI1F15 0001	jan/15	(54.214)	49.625	
NTN-F	jan/15	31.287	-	jan/15	-	31.287	
LTN	abr/15	475.080	DI1J15 0001	abr/15	(364.930)	110.150	
LTN	jul/15	264.283	DI1N15 0001	jul/15	(157.998)	106.285	
LTN	jan/16	472.380	DI1F16 0001	jan/16	(377.212)	95.168	
LTN	jul/16	266.640	DI1N16 0001	jul/16	(131.843)	134.797	
LTN	jan/17	183.122	DI1F17 0001	jan/17	(130.745)	52.377	
NTN-F	jan/17	43.460	-	jan/17	-	43.460	
NTN-F	jan/18	38.879	DI1F18 0001	jan/18	(15.563)	23.316	
Somente títulos marcados a mercado		2.377.694			(1.355.147)	1.022.547	

Somente títulos marcados a mercado

	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)	Exposição pré líquida	31/12/2012
LTN	jan/13	84.977	DI1F13 0001	-	(70.481)	14.496	
NTN-F	jan/13	38.795	-	jan/13	-	-	
LTN	abr/13	178.011	DI1J13 0001	abr/13	(103.280)	74.731	
LTN	out/13	47.486	-	out/13	-	47.486	
NTN-F	jan/14	138.513	DI1F14 0001	jan/14	(121.269)	17.244	
LTN	jan/14	124.980	-	jan/14	-	124.980	
LTN	abr/14	146.642	DI1J14 0001	abr/14	(9.168)	137.474	
LTN	jul/14	69.251	-	jul/14	-	69.251	
LTN	jan/15	81.752	DI1F15 0001	jan/15	(55.976)	25.776	
NTN-F	jan/15	32.733	-	jan/15	-	32.733	
LTN	abr/15	177.748	DI1J15 0001	abr/15	(42.159)	135.589	
LTN	jan/16	181.269	DI1F16 0001	jan/16	(86.831)	94.438	
LTN	jul/16	278.025	DI1N16 0001	jul/16	(60.418)	217.607	
NTN-F	jan/17	48.165	DI1F17 0001	jan/17	(25.310)	22.855	
NTN-F	jan/18	44.246	DI1F18 0001	jan/18	(13.228)	31.018	
		1.747.042			(656.766)	1.090.276	

O fundo exclusivo de renda variável em 31 de dezembro de 2012 possuía 130 contratos de derivativos (IND13 - IND FUTURO), de vencimento em 13/02/2013, com valor nocional de R\$ 7.967 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 9.387). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o fundo possuía 155 contratos de derivativos (INDG14-IND FUTURO), de vencimento em 12/02/2014, com valor nocional de R\$ 8.028 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 9.567).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo Amortizado	Custo Justo	Custo Amortizado
Ativos		
Ativos mensurados a valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	191	-
Ativos para negociação		
Aplicações financeiras (Nota 6.1)	-	5.566.624
Ativos mantidos até o vencimento		
Aplicações financeiras (Nota 6.1)	4.207.032	-
Emprestimos e recebíveis (I)	16.880	-
Total dos Ativos	4.224.103	5.566.624
Passivos não financeiros não derivativos		
Fornecedores (Nota 14)	9.323	-
Partes relacionadas (Nota 19)	9.421	-
Total dos Passivos	18.744	-

(I) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as vendas de títulos de capitalização não recebidas até a data do balanço.

8. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para garantia das provisões técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões Técnicas	9.488.698	6.458.577

Ativos Garantidores

	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
CDB	-	-	-	33.296
DPGE	-	-	32.492	247.847
Debêntures	-	-	843.627	873.566
Nota Promissória	-	-	-	20.752
CRI	-	-	2.138	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Composição do imobilizado e intangível

ATIVOS	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2013		31/12/2012	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	-	83	-	83	83	83	83
Edificações	4	482	(307)	175	196	175	196
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.042	(774)	268	365	268	365
Instalações	10	1.082	(684)	398	402	398	402
Veículos	20	344	(59)	285	201	285	201
Equipamentos de arrendamento mercantil - Lei nº 11638/2007	20	10.827	(6.777)	4.050	5.467	4.050	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	10 e 20	8.554	(5.188)	3.366	1.924	3.366	1.924
		22.414	(13.789)	8.625	8.638		

ATIVOS	Taxa anual de amortização %	Custo	Acumulada	31/12/2013		31/12/2012	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Intangível	20	23.944	(15.757)	8.187	9.173	8.187	9.173
		23.944	(15.757)	8.187	9.173		

b. Movimentações do imobilizado e intangível no período

	Saldo Líquido em 31/12/2012	Aquisições	Alienações/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização		Saldo Líquido em 31/12/2013
				(21)	(24.89)	
Imóveis	279	-	-	(21)	258	258
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	365	16	(7)	(106)	268	268
Instalações	402	100	-	(104)	398	398
Veículos	201	266	(117)	(65)	285	285
Equipamentos de Leasing	5.467	1.072	-	(2.489)	4.050	4.050
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	1.924	2.106	(92)	(572)	3.366	3.366
Intangível	9.173	2.309	(141)	(3.154)	8.187	8.187
TOTAL	17.811	5.869	(357)	(6.511)	16.812	17.811

14. CONTAS A PAGAR

	Saldo Líquido em 31/12/2011	Aquisições	Alienações/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização		Saldo Líquido em 31/12/2012
				(18)	(27)	
Imóveis	297	-	-	(18)	279	279
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	466	10	-	(111)	365	365
Instalações	465	44	-	(107)	402	402
Veículos	277	-	-	(76)	201	201
Equipamentos de Leasing	3.842	3.750	(82)	(2.043)	5.467	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	2.391	171	(6)	(632)	1.924	1.924
Intangível	10.126	2.165	-	(3.118)	9.173	9.173
TOTAL	17.864	6.140	(88)	(6.105)	17.811	17.811

15. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição das provisões técnicas

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
			48.442	13.570	8.669	8.031
Fornecedores a pagar						
Juros sobre capital próprio a pagar						
Dividendos a pagar						
Participações nos lucros a pagar						
Leasing a Pagar						
Outras obrigações						
Impostos e encargos sociais a recolher	1.832	864				
IRRF de funcionários e terceiros	1.083	257				
INSS e FGTS a recolher	560	448				
Outros impostos	189	159				
Encargos trabalhistas	2.262	2.048				
Férias	1.691	1.531				
Encargos sobre férias	571	517				
Impostos e contribuições	45.235	55.205				
Imposto de renda	27.900	35.263				
Contribuição social	17.335	19.942				
Outras contas a pagar	7.640	22.093				
Taxa de administração da carteira			7.640	5.111		
Taxa de Performance				16.668		
Outras contas a pagar				314		

15. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição das provisões técnicas

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
			9.021.294	6.133.092	8.669	8.031
Provisão Matemática						
Provisão de Sorteios			224.121	118.833		
Provisão para distribuição de bônus			70.752	63.171		
Provisão para insuficiência de sorteios			11.765	36.628		
Provisão para Resgate de Títulos			151.879	101.386		
Provisão para Resgate de Sorteios			8.887	5.467		
Total	9.488.698	6.458.577				

b. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012
--	------------	------------	------------	--	------------

